

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DA PARAÍBA**



***RELATÓRIO ANUAL
DE ATIVIDADES
2006***

João Pessoa – Paraíba



Tribunal de Contas do Estado

Tribunal de Contas do Estado

Relatório Anual Atividades

2006

João Pessoa - Paraíba



Tribunal de Contas do Estado

Composição Atual

Presidente

Cons. Arnóbio Alves Viana

Vice-Presidente

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho

Conselheiro Corregedor

Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Presidente da 2ª Câmara Deliberativa

Cons. Fernando Rodrigues Catão

Presidente da 1ª Câmara Deliberativa

Cons. José Marques Mariz

Conselheiros

Flávio Sátiro Fernandes e Marcos Ubiratan Guedes Pereira

Procuradora-Geral

Ana Terêsa Nóbrega

Subprocurador-Geral

André Carlo Torres Pontes

Procuradores

Marcílio Toscano Franca Filho

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Isabella Barbosa Marinho Falcão

Elvira Samara Pereira de Oliveira

Auditores

Antônio Cláudio Silva Santos

Umberto Silveira Porto

Antônio Gomes Vieira Filho

Renato Sérgio Santiago Melo

Oscar Mamede Santiago Melo

Marcos Antônio da Costa

Diretor Executivo Geral

Francisco José Pordeus de Souza

Diretor de Auditoria e Fiscalização

Francisco Lins Barreto Filho

Diretora de Apoio Interno

Maria Honorina Brandão de Mendonça

Assessora Técnica Chefe

Marilza Ferreira de Andrade



Tribunal de Contas do Estado

Rua Professor Geraldo von Söhsten, 147 – Jaguaribe

CEP: 58.015-190 – João Pessoa (PB)

Internet: <http://www.tce.pb.gov.br>

e-mails:

Diretoria de Auditoria e Fiscalização: diafi@tce.pb.gov.br
Gabinete da Presidência: gapre@tce.pb.gov.br
Assessoria de Comunicação: ascom@tce.pb.gov.br
Diretoria Executiva Geral: direg@tce.pb.gov.br
Diretoria de Apoio Interno: diapi@tce.pb.gov.br

Telefones:

(0xx83) 3208-3300

Fax:

(0xx83) 3221-3990 (Presidência)

(0xx83) 3208-3364 (DIAFI)

(0xx83) 3221-7577 (DIAPI)

(0xx83) 3208-3416 (ASCOM)

Equipe Responsável:

Astrogildo Cabral
Francisco José Pordeus de Souza
Frutuoso Chaves

Sumário

Apresentação	06..
1. Atividades de Controle Externo e Resultados	08..
1.1 Considerações Iniciais.....	08..
1.2 Apreciação das contas do Governo do Estado.....	08..
1.3 Apoio ao Jurisdicionado.....	09..
1.4 Inspeções <i>in loco</i>	09..
1.5 Processos Julgados.....	11..
1.6 Remessa de Documentos ao Ministério Público para cobrança executiva.....	14..
1.7 Consultas.....	16..
1.8 Denúncias.....	16..
1.9 Bloqueio de Prefeituras e Câmaras (Balancetes Mensais).....	17..
1.10. Processos Instaurados.....	18..
2. Divulgação Institucional	19..
2.1 Transparência.....	19..
2.2 Outras Informações.....	20..
3. Atividades Administrativas	22..
3.1 Movimentação de Recursos.....	22..
3.2 Estagiários.....	23..
3.3 Núcleo de Educação e Treinamento (NET).....	24..
3.4 Programa de Modernização do Tribunal de Contas.....	25..
3.4.1 Atividades.....	25..
3.4.2 8º Aniversário do Programa de Qualidade Total.....	27..
3.4.3 Campanhas Sociais.....	28..
3.5 ECOSIL – Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira.....	29..
3.6 Serviços da Área de Saúde.....	29..
3.6.1 Setor Médico.....	29..
3.6.2 Gabinete Odontológico.....	30..
4. Ações/Eventos Relevantes	31..
5. Novas Resoluções Normativas	37..
MISSÃO, POLÍTICA DA QUALIDADE E OBJETIVOS	39..

Apresentação

Em cumprimento à exigência constitucional, o Tribunal de Contas do Estado remete o presente Relatório de Atividades à apreciação da Assembléia Legislativa da Paraíba.

O exercício de 2006, sob a Presidência do Emérito Conselheiro José Marques Mariz, ao qual este documento se refere, foi assinalado por grandes e meritorias realizações. Inscrevem-se, entre elas, a Resolução Administrativa nº 08, que veda a nomeação de parentes de conselheiros, auditores, procuradores e servidores ocupantes de cargos comissionados do TCE.

O processo ininterrupto de orientação aos jurisdicionados motivou o treinamento de representantes de Prefeituras e Câmaras Municipais para o repasse mensal, via internet, de gastos com combustíveis, providência destinada à melhoria contínua dos padrões de fiscalização e controle dos gastos públicos.

Representantes de Prefeituras, Câmaras de Vereadores e órgãos da administração direta e indireta do Estado e Municípios também foram aqui esclarecidos sobre um tema emergente: a participação das Organizações da Sociedade Civil de Direito Público (OSCIP) nas atividades dos entes governamentais.

O TCE firmou protocolo de intenções com o Senado Federal, em 25 de maio, para a transferência de experiências e informações, liberação de servidores para ações de interesse comum, acesso a cursos de pós-graduação, utilização de bibliotecas e centro de processamento de dados.

Outro parceiro veio a ser a Secretaria da Receita Federal interessada, juntamente conosco, na troca de informações de natureza fiscal-tributária relacionadas a dispêndios públicos, domicílios, atividades e situação cadastral de pessoas físicas e jurídicas.

Concursos públicos, realizados este ano, permitirão o preenchimento de vagas no nosso quadro de auditores e de outras na área administrativa disputadas, neste último caso, por mais de 21 mil candidatos.

Em 15 de dezembro, a Diretoria de Auditoria e Fiscalização, espinha dorsal do sistema de controle externo das contas públicas, ganhou novas e modernas instalações: o antigo prédio do Detran remodelado e adaptado às novas funções.

Compõe, ainda, este documento, dados sobre movimentação de recursos, controle de gestões, inspeções, resoluções, número de processos julgados e remessas de documentos ao Ministério Público para cobrança executiva e, se cabível, ajuizamento de ação penal contra dilapidadores do patrimônio público.

O Programa de Modernização do Controle Externo, concebido para a modernização e o fortalecimento dos Tribunais, tem participação destacada deste Tribunal de Contas, um dos primeiros do País a encaminhar seu projeto-piloto ao Ministério do Planejamento. Mantemos, depois disso, sem esmorecimentos, o acompanhamento atento e necessário à execução do Promoex.

O presente Relatório reflete, enfim, um processo de continuidade administrativa que tem feito da Corte de Contas paraibana um referencial para as congêneres nacionais. Por todo o período, buscou-se, aqui, a tradição de eficiência no controle efetivo dos recursos públicos, a transparência, a base técnica sempre qualificada, a missão orientadora, as ações, procedimentos e recomendações legais em favor da administração pública compatível com os anseios de uma sociedade mais exigente e vigilante.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente

1. Atividades de Controle Externo e Resultados

1.1. Considerações Iniciais

Em atendimento ao que prescreve dispositivo constitucional, o Tribunal de Contas do Estado expõe, neste relatório de atividades do ano de 2006, os resultados do trabalho executado durante o exercício, a partir das metas previamente estabelecidas e que foram norte para promover as adaptações que impulsionaram o processo de transformação ocorrido na administração pública. Seguindo sua missão no exercício do controle externo, o TCE buscou corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos com a fidelidade imposta pelos princípios constitucionais, trazendo à realidade todas as inovações e os elementos apropriados para se aperfeiçoar e coibir atos que venham a contrapor seus objetivos. Um exemplo claro é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe uma nova realidade na condução dos recursos públicos.

Ao tempo em que avançam os mecanismos de controle e fiscalização da gestão pública, redobram as responsabilidades dos Tribunais de Contas. No exercício, deu-se prosseguimento às mudanças que se incorporaram ao controle externo, com reflexos que direcionaram as Cortes de Contas no caminho da modernização, buscando o aparelhamento necessário para atender, satisfatoriamente, o cumprimento de responsabilidades ampliadas a partir da Constituição de 1988. Nesse processo de adaptação, passaram os TCE a dispor dos recursos da informática imprescindíveis às ações de controle e fiscalização.

A cada dia a sociedade se torna mais exigente e consciente da responsabilidade no acompanhamento da vida política e administrativa do País. Nessa direção tem-se tornado mais vigilante no julgamento de seus representantes. E nesse sentido, com o respaldo dos avanços e das metodologias voltadas para o controle da administração, o TCE acompanha as inovações na adoção de medidas que visam defender o erário contra a malversação e o desperdício dos dinheiros públicos, justificando, assim, as atividades em curso no Tribunal de Contas do Estado - apresentadas a seguir – relativas ao ano de 2006.

1.2. Apreciação das contas do Governo do Estado

O TCE aprovou, em 06 de julho de 2006, em sessão extraordinária, as contas de 2005 apresentadas pelo governador Cássio Cunha Lima, com impedimento do conselheiro Fernando Catão e voto em contrário do conselheiro Marcos Ubiratan, para quem não houve, no período administrativo, o atendimento ao limite constitucional de aplicação em ações de saúde pública. Prevaleceu, porém, o voto do relator Flávio Sátiro,

no sentido de que este limite foi alcançado. Foi este, também, o entendimento do Ministério Público representado, na ocasião, pelo subprocurador André Carlo Torres.

A sessão, que teve quase cinco horas de duração, ainda serviu ao exame das contas de gestão fiscal da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas. O entendimento dos conselheiros, expresso por unanimidade, foi o de que esses órgãos atenderam, em 2005, às exigências essenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.3. Apoio ao Jurisdicionado

O Plantão Técnico, já devidamente consolidado, na função de orientar na área de auditoria e fiscalização, esclarecendo as questões trazidas pelos consultantes, manteve a regularidade no atendimento permanente aos jurisdicionados, na busca de orientações e esclarecimentos relativos a questões técnicas. O horário de seu funcionamento é das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira.

A Web Homepage do TCE oferece serviços aos jurisdicionados, com informações técnicas disponibilizando importantes dados e serviços aos interessados e à sociedade em geral, como, por exemplo, a tramitação dos processos e documentos que estão sendo analisados pelo TCE. Também possui uma Caixa de Notícias, em tempo real, que é alimentada pela Assessoria de Comunicação, oferecendo ao internauta informações a respeito das decisões e das atividades do TCE, mantendo, assim, o navegador atualizado em relação ao que acontece na Corte. Ressalte-se a importância do Cronograma de Remessa Obrigatória ao Tribunal de documentos, dados e informações pertinentes aos órgãos das administrações estadual e municipal (direta e indireta), para o exercício, exigidas pela legislação e instrumentos normativos.

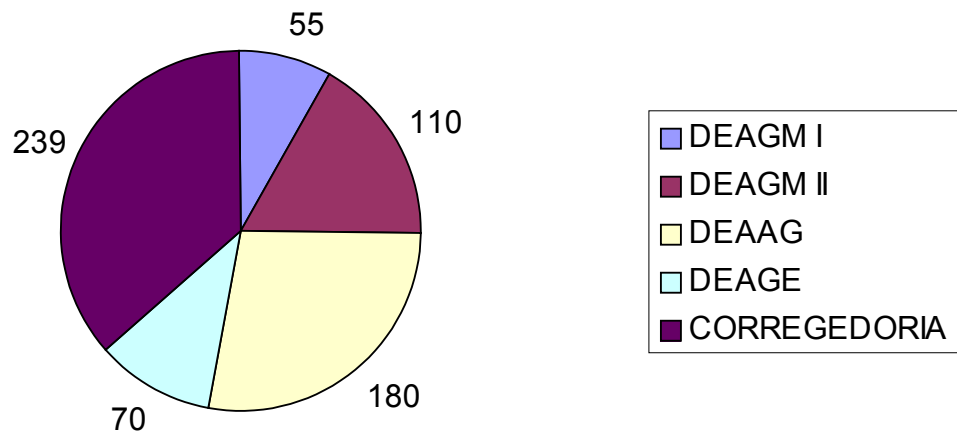
1.4. Inspeções *in loco*

Em 2006, a Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, unidade técnica da Corte, promoveu **654** inspeções *in loco*, em órgãos ou entidades das administrações direta e indireta do Estado e Municípios, com o escopo de instruir processos das mais diversas naturezas. Observe-se o quadro a seguir:

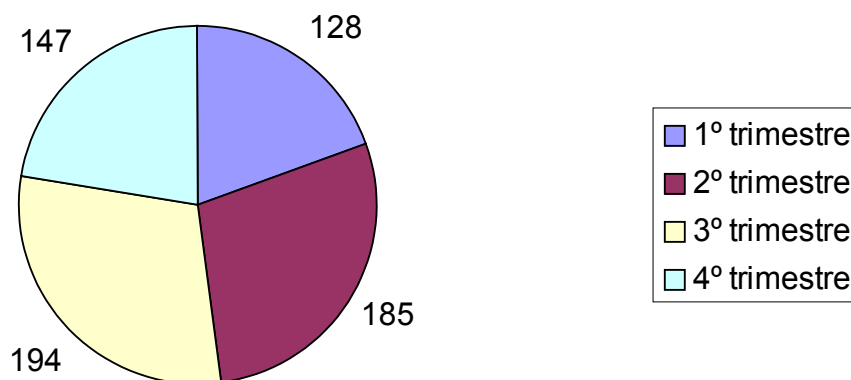
PERÍODO	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total Janeiro a Dezembro
DEAGM I	5	17	22	11	55
DEAGM II	4	27	40	39	110
DEAAG	29	51	55	45	180
DEAGE	22	17	15	16	70
CORREGEDORIA	68	73	62	36	239
TOTAL	128	185	194	147	654

Fonte: DIAFI

Diligências por Departamento



Diligências por Trimestre



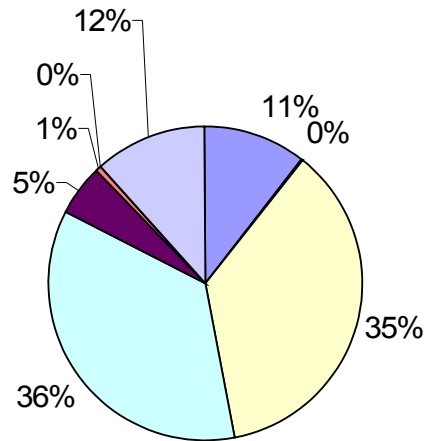
1.5. Processos julgados

No período janeiro a dezembro de 2006, foram julgados ou apreciados **4.541** processos em **130** sessões, sendo **49** do Tribunal Pleno, **36** da 1ª. Câmara e **45** da 2ª Câmara, conforme o quadro abaixo:

Natureza do Processo	Processos Julgados					
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	%
Prestação de Contas Anuais	85	112	111	175	483	10,64
Acompanhamento da Gestão Fiscal	1	2	5	0	8	0,18
Atos de Administração de Pessoal	337	446	429	424	1.636	36,03
Licitações, Contratos e Convênios	367	444	416	396	1.623	35,74
Adiantamentos	35	65	84	49	233	5,13
Consultas	5	7	6	6	24	0,53
Inspeções	0	0	0	2	2	0,04
Outros	124	161	129	118	532	11,72
TOTAL	954	1.237	1.180	1.170	4.541	100,0

Fonte: GAPRE

Processos Julgados por Natureza



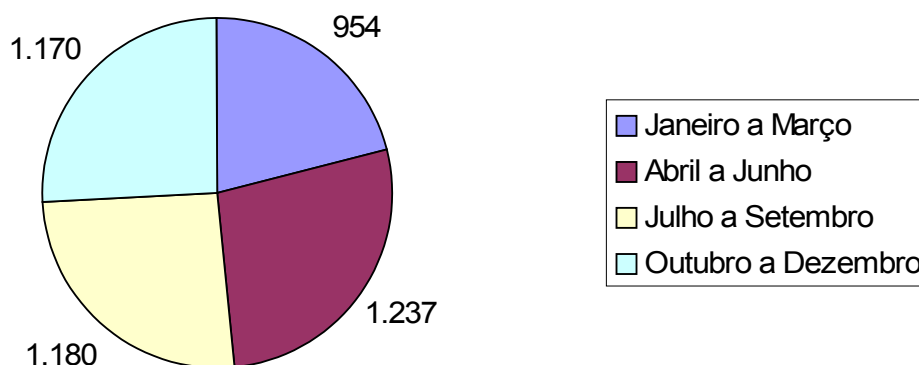
O próximo quadro demonstra o julgamento pelo Tribunal de Contas dos principais processos, segundo origem e natureza. Observa-se que, em 2006, o TCE apreciou **4.541** processos, sendo **2.126** de origem estadual e **2.415** de origem municipal. As informações refletem a posição em 31/12/2006.

ORIGEM E NATUREZA	QUANTIDADE				
	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Setembro	Outubro a Dezembro	2006
A. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	447	592	568	519	2.126
1. CONTAS ANUAIS					
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0	0	1	0	1

1.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	13	12	11	30	66
1.3. SECRETARIAS DE ESTADO	0	3	2	4	9
1.4. PARECER DA GESTÃO FISCAL	0	0	5	0	5
2. LICITAÇÕES/CONTRATOS/CONVÊNIOS	200	232	175	160	767
3. ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	186	271	275	264	996
4. ADIANTAMENTOS	35	65	84	49	233
5. CONSULTAS	1	1	3	2	7
6. OUTROS	12	8	12	10	42
B. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	507	645	612	651	2.415
1. CONTAS ANUAIS					0
1.1. PREFEITURA MUNICIPAL	26	44	50	68	188
1.2. MESA DE CÂMARA MUNICIPAL	42	50	31	42	165
1.3. PARECER DA GESTÃO FISCAL PODER EXECUTIVO	0	2	0	0	2
1.4. PARECER DA GESTÃO FISCAL PODER LEGISLATIVO	1	0	0	0	1
1.5. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4	3	16	31	54
2. LICITAÇÕES/CONTRATOS/CONVÊNIOS	167	212	241	236	856
3. ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	151	175	154	160	640
4. ADIANTAMENTOS	0	0	0	0	0
5. INSPEÇÕES	0	0	0	2	2
6. CONSULTAS	4	6	3	4	17
7. OUTROS	112	153	117	108	490
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS PELO TRIBUNAL (A+B)	954	1.237	1.180	1.170	4.541

Fonte: GAPRE

Processos Julgados por Trimestre



1.6. Remessa de documentos ao Ministério Público

Foram relacionados no ano de 2006, **543** responsáveis por desvios de recursos, perfazendo um total de **410** acórdãos encaminhados ao Ministério Público para cobrança executiva, num montante de débito equivalente a **R\$ 7.556.879,45 (Sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)**.

O quadro da página 14 demonstra as remessas de acórdãos ao Ministério Público no período de janeiro a novembro de 2006, tendo em vista que não foram efetuadas remessas no mês de dezembro.

REMESSA	ACÓRDÃOS			TOTAL	RESPON- SÁVEIS	VALOR (em R\$)
	PREFEI- TURAS	ÓRGÃO ESTADUAL	CÂMARA- RAS			
91ª R / Janeiro	41	04	08	53	57	857.965,06
92ª R / Fevereiro	19	08	07	34	38	682.226,86
93ª R / Março	41	06	07	54	91	1.110.062,71
1º TRIMESTRE	<u>101</u>	<u>18</u>	<u>22</u>	<u>141</u>	<u>186</u>	<u>2.650.254,63</u>
94ª R / Abril	36	06	06	48	49	754.648,46
95ª R / Maio	26	06	08	40	66	484.738,35
96ª R / Junho	18	03	04	25	28	178.131,72
2º TRIMESTRE	<u>80</u>	<u>15</u>	<u>18</u>	<u>113</u>	<u>143</u>	<u>1.417.518,53</u>
97ª R / Julho	22	05	04	31	53	1.870.553,13
3º TRIMESTRE	<u>22</u>	<u>05</u>	<u>04</u>	<u>31</u>	<u>53</u>	<u>1.870.553,13</u>
98ª R / Outubro	65	03	20	88	123	1.494.345,95
99ª R / Novembro	22	01	14	37	38	124.207,21
4º TRIMESTRE	<u>87</u>	<u>04</u>	<u>34</u>	<u>125</u>	<u>161</u>	<u>1.618.553,16</u>
TOTAL	<u>290</u>	<u>42</u>	<u>78</u>	<u>410</u>	<u>543</u>	<u>7.556.879,45</u>

Fonte: CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas acompanha o encaminhamento dos Acórdãos e das decisões emanadas pelos seus órgãos deliberativos, cobrando dos gestores públicos, entre Prefeitos e demais responsáveis, o cumprimento das decisões, inclusive no controle das respectivas manifestações ao Tribunal sobre as providências adotadas nesse sentido.

1.7. Consultas

O artigo 1º, inciso IX, da Lei Complementar nº 18/93, prevê que o Tribunal de Contas responda a consultas sobre dúvidas na aplicação de disposições legais e regulamentares, concernentes a matérias de sua competência. De janeiro a dezembro de 2006, o TCE respondeu **111** consultas, conforme discriminação da tabela abaixo, que detalha por trimestre os números desse ano.

FORMAS DE RESPOSTA	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total Anual
RESPONDIDAS PELO TRIBUNAL PLENO	05	07	06	06	24
RESPONDIDAS ADMINISTRATIVAMENTE	19	19	45	04	87
TOTAL DE CONSULTAS RESPONDIDAS PELO TCE	24	26	51	10	111

Fonte: GAPRE

1.8. Denúncias

Qualquer cidadão, associação, sindicato ou partido político tem garantia de acolhimento e apreciação de denúncia apresentada ao Tribunal de Contas, acerca de atos de gestão praticados nas administrações públicas direta e indireta do Estado e dos Municípios paraibanos, sempre que se observem os requisitos previstos na sua Lei Orgânica e na Resolução RN-TC-02/06, de 26 de abril de 2006, que disciplina a tramitação dos processos de denúncias acolhidas, de modo a dar-lhes imediata apuração, evitando retardamentos em sua apreciação.

Durante o período, deram entrada no Tribunal **214** denúncias que foram devidamente encaminhadas aos setores competentes para análise e providências, de acordo com as exigências previstas na legislação.

Muitas das denúncias protocoladas, constatados os indícios de veracidade e atendidas as normas da Resolução 02/06, são transformadas em processo de apuração.

Quantidade de Denúncias	2006			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	32	80	52	50
Total	214			

Fonte: GAPRE

As Cortes de Contas Brasileiras são instrumentos essenciais à democracia e receberam da Carta Magna Federal a atribuição de julgar a exação das contas de todo aquele que guarde, administre ou aplique bens e/ou dinheiros públicos.

Neste contexto, os resultados institucionais equivalem ao número de processos instaurados, apreciados e/ou julgados.

As matérias que devem ser apreciadas ou julgadas pelo Tribunal são organizadas sob a forma de processos que, uma vez instruídos nos diversos departamentos que compõem a Diretoria de Auditoria e Fiscalização, são distribuídos aos conselheiros e auditores que, na qualidade de relatores, presidem a instrução e levam os diversos feitos a julgamento, no Tribunal Pleno ou quaisquer das duas Câmaras.

1.9. Bloqueio de Prefeituras e Câmaras (Balancetes Mensais)

Em 2006, a remessa tardia de balancetes mensais ao exame do TCE resultou no bloqueio das contas bancárias de **33** Prefeituras e **45** Câmaras Municipais. Trata-se de providência que, legalmente amparada, leva os retardatários à correção imediata da falha. O quadro abaixo relaciona os períodos de ocorrência dos atrasos.

JURISDICIONADO	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total Anual
PREFEITURAS	13	15	04	01	33
CÂMARAS	25	11	09	00	45
TOTAL	38	26	13	01	78

Fonte: GAPRE

Obs.: Os dados acima referem-se à quantidade de bloqueios realizados durante o trimestre em referência independente de qual balancete tenha originado tais bloqueios.

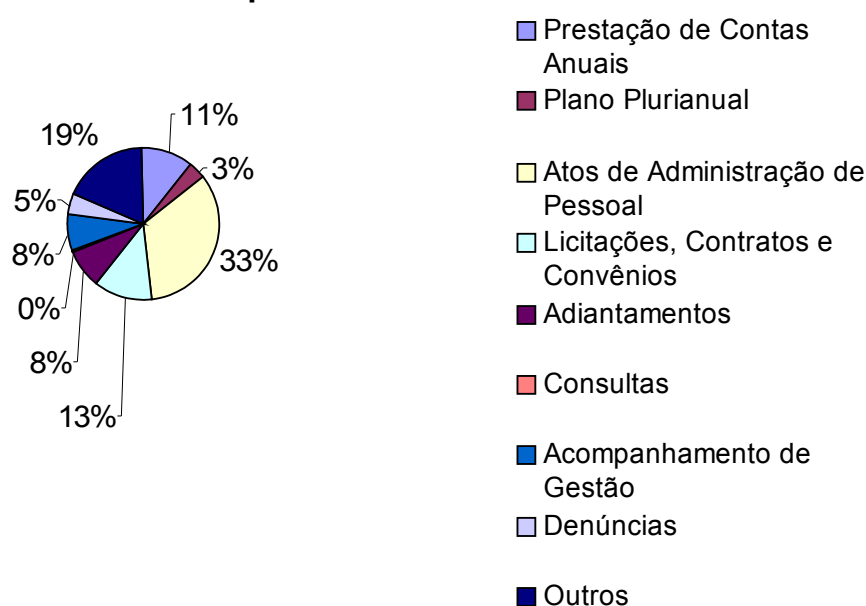
1.10. Processos Instaurados

A organização dos processos tem início na Divisão de Expediente e Comunicação (DECOM) com a sua instauração, mediante protocolização e autuação. Em 2006 foram instaurados **5.655** processos de diversas origens e natureza, discriminados no quadro a seguir:

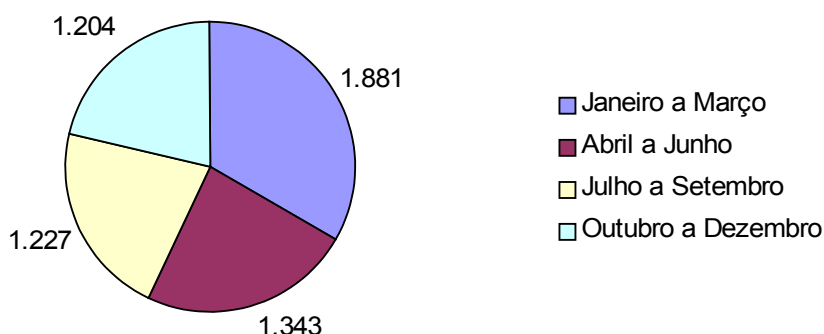
Natureza do Processo	Processos Instaurados					2006	%
	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Setembro	Outubro a Dezembro			
Prestação de Contas Anuais	358	274	5	5	642	11,35%	
Plano Plurianual	195	0	0	0	195	3,45%	
Atos de Administração de Pessoal	339	601	382	543	1.865	32,98%	
Licitações, Contratos e Convênios	107	177	297	126	707	12,50%	
Adiantamentos	94	110	119	128	451	7,98%	
Consultas	1	8	6	5	20	0,35%	
Acompanhamento de Gestão	451	0	0	0	451	7,98%	
Denúncias	49	65	79	72	265	4,69%	
Outros	287	108	339	325	1.059	18,73%	
TOTAL	1.881	1.343	1.227	1.204	5.655	100%	

Fonte: SICP – Sistema Integrado de Controle de Processos

Processos Instaurados por Natureza



Processos Instaurados por Trimestre



2. Divulgação Institucional

2.1. Transparência

A transparência é um dos valores definidos pelo TCE no seu Plano Estratégico, para o período 2005 – 2009, aprovado pela Resolução RA – TC 05/2005.

Tal valor traduziu-se na estratégia de “Definir e implementar sistema mais eficaz de transparência”, em pleno desenvolvimento na Corte, por meio do uso dos diferentes canais de comunicação interna e externa de que tem se valido esta Casa.

O TCE oferece em sua Home Page - <http://www.tce.pb.gov.br> - o SAGRES ONLINE, o qual proporciona à sociedade acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta estadual e Diretas municipais, bem como de todas as Câmaras.

Os dados são disponibilizados da forma como são recebidos pelo TCE, sem qualquer juízo de valor dos analistas. O serviço permite a qualquer cidadão acompanhar e avaliar os atos dos gestores públicos no exercício em que ocorrem.

Qualquer dos 600 organismos públicos sob a jurisdição do Tribunal de Contas da Paraíba pode acompanhar a tramitação dos seus processos por meio de consulta à Internet. Basta abrir a página que o TCE mantém na rede mundial de computadores (www.tce.pb.gov.br) e clicar no link “Consulta de Processos”. A procura pode ser feita de três maneiras: pelo número, pelo órgão de origem ou pela natureza de cada processo registrado no Serviço de Protocolo do Tribunal.

Os atos de administração de pessoal também podem ser acompanhados pelo mesmo sistema de consulta. Os interessados verificarão, assim, os estágios da tramitação,

informando-se, portanto, da data de entrada de determinado processo, por quais setores já passou e com qual relator está.

O TCE mantém um Plantão Técnico para atendimento aos jurisdicionados.

Semanalmente, a Assessoria de Comunicação veicula, por até 20 minutos, informações sobre a atuação do Tribunal, no programa Revista dos Poderes da Rádio Tabajara, com retransmissão por uma rede de dezenas de emissoras, abrangendo todo o Estado.

Todos os setores do Tribunal recebem a “Caixa de Notícia”, pela INTRANET. Além disso, o Tribunal utiliza-se de murais e das mídias (jornais, revistas, rádio, televisão e boletins on line) para disseminar fatos e notícias sobre suas ações, motivando seus quadros funcionais e seu cliente externo.

Na WEB, desde 1998, o Tribunal mantém site onde divulga seus procedimentos, informações e dados acerca da gestão pública estadual e municipal paraibanas, além de normas – internas e externas – que condicionam a atuação do gestor público, além das diligências que serão realizadas na semana.

Os interessados em acompanhar, pelo computador, as sessões do Tribunal de Contas podem fazê-lo acessando o site www.tce.pb.gov.br. Aberta a página, basta clicar na inscrição “Sessão Plenária”, bem visível ao lado direito. É necessário, para tanto, que o acesso à Internet dê-se em banda larga com, no mínimo, 100 Kb/s de velocidade. As sessões plenárias do TCE ocorrem, semanalmente, às quartas-feiras, a partir das 9 horas.

Sempre no início de janeiro de cada ano, esta Corte disponibiliza, em seu site e em meio físico, **Cronograma de Remessa Obrigatória ao Tribunal de documentos, dados e informações pertinentes aos órgãos das administrações estadual e municipais (direta e indireta)**, para o exercício.

Relatórios trimestrais e anuais de atividades desenvolvidas pela Corte são encaminhados à Assembléia Legislativa e a diversos órgãos públicos, além de serem disponibilizados na Internet.

2.2. Outras Informações

TCE ampliará colaboração com o Ministério Público

O Tribunal de Contas da Paraíba intensificou a colaboração com a Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e de Responsabilidade Fiscal, o grupo de seis promotores nomeados pela procuradora geral de Justiça Janete Ismael para receber e instruir reclamações contra agentes políticos paraibanos.

Ela procurou o presidente em exercício do TCE, conselheiro Arnóbio Alves Viana, certa de que a contribuição pretendida será de extrema valia para a missão do grupo presidido atualmente pelo subprocurador Paulo Barbosa. Inicialmente, o Tribunal

poderá disponibilizar um ou outro técnico para o eventual esclarecimento de dúvidas sobre questões de natureza contábil, quando isso for solicitado.

Em sua visita ao TCE, no dia 27 de março, a procuradora geral acompanhou-se de todos os membros da Comissão de Combate à Improbidade.

“Já é estreito o relacionamento do Tribunal de Contas com a Procuradoria Geral de Justiça”, lembra o conselheiro Arnóbio Viana. Prova disso foi, segundo ele, o encaminhamento, apenas no ano de 2005, de débitos no montante de R\$ 10.523.684,73 (imputado a ordenadores de despesas) para cobrança executiva, via Ministério Público.

Celeridade

Práticas administrativas perniciosas tiveram, a partir de 2006, tratamento mais célere do TCE. Em sessão plenária realizada em 07 de junho, a Corte aprovou a Resolução Normativa 03/06 que determina a apuração, em processo especial, de alcances e desvios cometidos por agentes políticos.

A providência resulta do atendimento a recentes pedidos da Procuradoria Geral da Justiça, interessada na rápida instauração de procedimento penal para a apuração de fatos lesivos aos cofres públicos.

Transporte Escolar

Em 14 de junho foi aprovada a Resolução Normativa 04/06 que normatiza a fiscalização do uso de recursos públicos para custeio de transporte escolar. O estabelecimento destas normas objetiva a preservação das condições de segurança dos usuários dos serviços de locomoção de alunos das zonas urbanas e rurais.

De acordo com esta Resolução, a fiscalização do uso de recursos públicos para o custeio de transporte escolar, por meio de execução direta dos serviços ou por contratação de terceiros, deve observar o cumprimento das determinações do Código de Trânsito Brasileiro (artigos 136 a 138) e das Resoluções do CONTRAN, que estatuem normas de segurança, a serem cumpridas, para efeito de circulação de veículos destinados à condução coletiva de escolares.

Editorial tem transcrição em ata do Tribunal

O Tribunal de Contas do Estado decidiu, por unanimidade, transcrever em ata o Editorial “Tampando a Brecha”, publicado na edição de 28 de agosto do Jornal da Paraíba e lido na sessão plenária de 30 de agosto, pelo decano da Corte, conselheiro Flávio Sátiro Fernandes, autor da proposta.

“Trata-se de um texto da maior significação para a luta em defesa do fortalecimento do sistema de controle de contas públicas do País”, justificou ele.

Ao aderirem à proposição, dois outros conselheiros – Fernando Catão e Fábio Nogueira – revelaram que a iniciativa do decano impediu que eles próprios solicitassem essa transcrição, conforme pretendiam.

O Editorial do JPB enaltece a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, ao negar um registro de candidatura à Assembléia de Roraima, que firmou jurisprudência no sentido de que são inelegíveis todos aqueles com contas reprovadas por qualquer dos TCs brasileiros, mesmo que tenham contra isso recorrido. Assim, apenas o provimento dos recursos, na Justiça Comum, pode garantir tais candidaturas.

“A decisão do TSE aumenta as nossas responsabilidades. De todo modo, são sinais desses novos tempos que precisam ser aplaudidos e respeitados”, comentou o conselheiro Catão. Seu colega, Marcos Ubiratan, recomendou medidas mais severas para que sejam evitadas, a partir de agora, iniciativas de caráter meramente protelatório dos julgamentos do TCE por maus gestores públicos.

Por sua iniciativa, o conselheiro Flávio Sátiro ainda recebeu as congratulações do presidente do Tribunal, conselheiro José Marques Mariz, e dos substitutos de conselheiros Umberto Porto e Marcos Costa.

Combate ao nepotismo

Foi aprovada, na sessão de 08 de novembro, a Resolução Administrativa nº 08 que estabelece vedações à nomeação de parentes de conselheiros, auditores, procuradores e servidores ocupantes de cargos de direção do TCE.

A iniciativa foi aclamada pelo conselheiro Flávio Sátiro, para quem o Tribunal, usando de suas prerrogativas e competência, promove o combate ao nepotismo e atende, de moto próprio, aos anseios da sociedade pela probidade e moralidade administrativas.

3. Atividades Administrativas

3.1. Movimentação de Recursos

O Demonstrativo a seguir retrata a movimentação financeira do Tribunal no período janeiro a dezembro de 2006:

RECEITA		DESPESA		VALOR (R\$)	TOTAL
Transferências Recebidas /SIAFI	43.009.212,53	Despesas Correntes			
Transferências Recebidas-Convênio-PROMOEX	48.000,00	Despesas de Custeio			
		3190.11.00 - Venc.e vant fixas -Pessoal Civil		27.496.032,35	
		3190.13.00 - Obrigações Patronais		5.289.129,51	
		3190.92.00 - Despesas de Exerc.Anteriores		139.778,25	
		3390.08.00 - Outros benefícios assistenciais		8.589,63	
		3390.14.00 - Diárias		297.860,00	
		3190.16.00 - Outras despesas variáveis		0,00	
		3390.30.00 - Material de Consumo		310.419,89	
		3390.32.00 - Material p/Distr. Gratuita		15.249,01	
		3390.33.00 - Despesas com locomoção		84.933,37	
		3390.35.00 - Serviços de Consultoria		12.495,45	
		3390.36.00 - Outros serviços terceiros - PF		247.949,13	
		3390.37.00 - Locação de mão de obra		550.888,54	
		3390.39.00 - Outros serviços terceiros - PJ		2.086.106,82	
		3390.46.00 - Auxílio Alimentação		1.792.875,00	
		3390.47.00 - Obrig. Trib. E Contributivas		28.442,27	
		3390.49.00 - Auxílio Transporte		113.053,60	
		3390.93.00 - Indenizações e Restituições		244.759,06	38.718.561,88
Receitas extra-orçamentárias					
Restos a Pagar (TCE/2005)	1.835.731,44				
Restos a Pagar (INSS/2005)	36.542,04				
		Despesas de Capital			
		4490.51.00 - Obras e Instalações		779.610,63	
		4490.52.00 - Equip. e Material Permanente		1.539.142,43	41.037.314,94
		Despesas extra-orçamentárias			
		Restos a pagar -(INSS/2005)		36.542,04	
		Restos a pagar -(TCE/2005)		1.835.731,44	
		Disponibilidade financeira/SIAFI		1.971.897,59	
		Disponibilidade financeira-Convênio-PROMOEX		48.000,00	
Conta Gestão	0,00				
Total *****	44.929.486,01	Total *****		44.929.486,01	

Mensalmente, o Tribunal tem enviado o balancete correspondente à Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado. No último trimestre de 2006, referidos instrumentos foram encaminhados mediante os Ofícios TCE GAPRE 1.491/06 (outubro), 1.648/06 (novembro) e 004/07 (dezembro).

3.2. Estagiários

O Tribunal de Contas mantém o programa de estágios para concluintes de cursos acadêmicos, ação que vem contribuindo para a celeridade dos serviços na área administrativa, na auditoria e, ainda, no campo jurídico. Resultam, igualmente, dessa iniciativa benefícios evidentes para a formação profissional dos próprios estudantes.

O investimento na manutenção do programa de estágios é uma das ações para a qual o TCE vem dispensando tratamento especial, por se tratar de uma contribuição ao aprendizado daqueles que, futuramente, podem ocupar postos de comando nas esferas política e administrativa do País. Os estágios, antes disso, fazem parte do conjunto orgânico que é a universidade. Servem, portanto, aos principais artífices do processo de ensino-aprendizagem, questão que diz respeito ao aluno e ao professor.

Além de uma bolsa mensal de estudos de R\$ 350,00, os estagiários têm direito a vale-transporte e seguro de acidentes e, em contrapartida, cumprem carga de 20 horas semanais, das 14 às 18 horas. Cada estágio, com duração de 12 meses, pode ser prorrogável, uma única vez, por idêntico período.

Atualmente, cumprem estágios no Tribunal de Contas **38** estudantes: **04** da Área de Administração, **13** da Área Contábil e **21** da Área Jurídica.

3.3. Núcleo de Educação e Treinamento (NET)

No período, o foco das ações visou ao cumprimento dos planos semestrais de treinamento. Para tanto, o NET busca compatibilizar as prioridades entre a demanda com os horários disponíveis e os recursos humanos necessários à realização dos cursos e treinamentos. Os treinamentos e cursos realizados, em 2006, envolveram **379** participações de servidores do Tribunal, além da disponibilização de cursos de línguas estrangeiras (Espanhol e Inglês), no qual **20** servidores participam.

O treinamento tem caráter obrigatório para todos os envolvidos nos trabalhos específicos, enquanto a capacitação atende às pessoas que solicitaram determinado curso, mas estende a oferta aos demais interessados até o limite de 30 pessoas por turma. A avaliação do aproveitamento por parte dos treinados solicitantes da capacitação é feita, sempre, pelo chefe imediato, que a encaminha, dentro de prazo previamente determinado, ao NET.

O Núcleo de Educação e Treinamento disponibilizou, no período, os seguintes cursos:

CURSOS E TREINAMENTOS 2006	PARTICIPANTES
1. Treinamentos nos documentos da qualidade	169
2. Outros Cursos e Treinamentos	210
TOTAL	379

Fonte: DRHF/NET

CURSOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	PARTICIPANTES
1. Inglês I	09
2. Espanhol VI	07
3. Espanhol VII	04
TOTAL	20

Fonte: DRHF/NET

3.4. Programa de Modernização do Tribunal de Contas da Paraíba

3.4.1 Atividades

O Programa de Modernização do Tribunal de Contas do Estado tem sido um instrumento de grande valia para o suprimento das demandas detectadas, de modo a não permitir solução de continuidade, seja ao Programa de Qualidade Total aqui implementado, seja ao fortalecimento das ações de controle externo.

Os esforços, neste sentido, incluíram as visitas técnicas dos consultores do Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG), Geraldo Marcélio de Paula e Paulo Eduardo de Aguiar Coimbra, com o objetivo de realizar diagnóstico para a implantação de um banco de dados no Tribunal de Contas que atenda às necessidades de informações para a prestação de serviços à sociedade. Em um primeiro momento, no período de 16 a 20 de janeiro, o trabalho do consultor Geraldo Marcélio de Paula objetivou a avaliação dos sistemas de informação existentes no TCE e a análise das necessidades atuais de informações e novas funcionalidades, e em uma segunda visita técnica, realizada no período de 30 de janeiro a 03 de fevereiro, os consultores Geraldo Marcélio e Paulo Eduardo de Aguiar aqui estiveram para efetuar a análise da integração de informação entre os sistemas e a avaliação das características de infra-estrutura para a solução adotada.

Relacionam-se, também, entre as iniciativas voltadas para a modernização do TCE e a necessária orientação de seus jurisdicionados a reunião realizada com os Contadores a serviço das Prefeituras e Câmaras de Vereadores, no dia 27 de janeiro, para a comunicação de mudanças no encaminhamento de informações ao Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (Sagres), aplicativo de computador desenvolvido para o acompanhamento, passo a passo, das administrações municipais. O grupo reunido no Plenário Ministro João Agripino foi informado de que parte dessa documentação (folha de pessoal, cadastros da educação e saúde, dos agentes políticos, veículos e combustível) deve ser agora encaminhada ao TCE pela Internet, em substituição ao antigo processo de remessa em disquete. A mudança, entende o Tribunal, evita problemas decorrentes da manutenção no sistema nas Câmaras e Prefeituras e, ainda, a perda de informações quando de eventuais panes em computadores. Em sua mais nova versão, o Sagres também requer a entrega de plano de contas e detalhamento de despesas públicas.

O TCE e a Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup) promoveram, em Cuité, no dia 10 de fevereiro, o 3º Seminário Sobre Controle Externo da Administração Municipal e que contou com 122 participantes. Destinado a prefeitos do interior, vereadores, secretários municipais, servidores da área de finanças e contadores a serviço das Prefeituras e Câmaras, o encontro buscou facilitar o

conhecimento de normas, métodos e instrumentos do TCE para o controle da administração pública.

Em 27 de março, o Tribunal de Contas promoveu um treinamento para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2007, voltado para contadores e servidores da área contábil das Prefeituras. O evento obteve o comparecimento de 165 pessoas e as palestras foram ministradas pela Prof^a Dra. Maria Elizabeth Batista Pimenta Agra e a Auditora de Contas Públicas Maria Zaira Chagas Guerra.

Em abril de 2006, o Tribunal de Contas firmou convênio com a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de estabelecer os procedimentos de execução entre os partícipes no âmbito do contrato de empréstimo 1628-OC/BR, para implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX. O projeto do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba será executado em 03 anos, correspondendo a um valor global de R\$ 3.972.138,66 (equivalente a US\$ 1.369.702,99); sendo R\$ 2.387.816,00 (equivalente a US\$ 823.384,83) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.584.322,66 (equivalente a US\$ 546.318,16) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar é de 1 US\$ = R\$ 2,90, referente à data de 08 de setembro de 2004.

Entre as iniciativas voltadas para a modernização do TCE e a necessária orientação de seus jurisdicionados destaca-se a palestra da professora da Universidade de São Paulo, Maria Sylvia Zanella di Pietro, que a convite do TCE, fez uma exposição sobre a participação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nas atividades dos Entes Públicos, e que foi assistida por representações de Prefeituras, Câmaras Municipais e órgãos das administrações direta e indireta do Estado e Municípios. O evento, promovido pela Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira e Assessoria Técnica, ocorreu no dia 27 de abril, no auditório do Espaço Cultural UNIPÊ e foi aberta à participação do público em geral. O convite à professora da USP foi idéia nascida do volume de consultas formuladas ao TCE por órgãos estaduais e municipais acerca da possibilidade de parcerias com as OSCIP. “Temos a certeza de que aquilo que hoje nos está sendo exposto será de extrema valia para nossos futuros posicionamentos”, disse o conselheiro José Mariz. À tarde, no Auditório do Tribunal, conselheiros, procuradores e auditores discutiram o tema “O TCE e o Controle Externo das OSCIP”.

O TCE realizou nos dias 11 e 12 de maio, um treinamento voltado para representantes de Prefeituras e Câmaras de Vereadores, que receberam orientações necessárias ao repasse mensal, via internet, de gastos com combustíveis. A iniciativa decorreu de Resolução Normativa com a qual o TCE busca a melhoria contínua dos padrões de fiscalização e controle. Os gastos com combustíveis para veículos e máquinas a serviço das Câmaras e Prefeituras devem ser anotados em formulários atinentes ao controle de quilometragem e abastecimento e repassados, em seguida, ao Tribunal, via internet, pelos usuários do sistema Sagres.

O auditor de contas públicas Hélio Carneiro Fernandes participou do 1º Simpósio Técnico do Controle Externo, em Recife, proferindo palestra, em 18 de agosto de 2006, com o tema “Centralização do Controle dos Atos e da Gestão de Pessoal – O modelo do Tribunal de Contas da Paraíba e o uso do Sagres”. O encontro propiciou a discussão de questões que também incluíram “O papel do servidor público na era do conhecimento”, “Admissão de pessoal no serviço público”, “Experiências e julgamentos adotados pelos TCs”.

O Sistema de Acompanhamento das Gestões Estadual e Municipais, desenvolvido pelo TCE para o controle, passo a passo, do uso dos recursos públicos, passou por mais duas auditorias do BVQI. Em 06 e 07 de abril, pelo auditor Paulo Ricardo Bonifácio, do Bureau Veritas Quality International (BVQI), na qual o Tribunal de Contas da Paraíba obteve a renovação de certificados de qualidade conferidos aos Processos de Acompanhamento da Gestão Estadual (AGE) e da Gestão Municipal (AGM), sendo que nesta ocasião, o Processo de AGE passou pela quinta auditoria semestral e, o de AGM, pela primeira; e nos dias 25 e 26 de setembro a auditoria externa da qualidade foi efetivada pelos auditores Otacílio Olheiro e Paulo Lucas de Barros e Silva, em que o TCE obteve a renovação dos mesmos certificados de qualidade. Desta vez o Processo de AGE passou pela auditoria e alcançou sua 2ª recertificação e, o de AGM foi auditado pela segunda vez para verificar a manutenção após a 1ª recertificação. Válidos por período de três anos, tais certificados têm a sua manutenção dependente de auditorias semestrais do BVQI, cujos auditores verificam, em cada uma dessas ocasiões, se o TCE continua atendendo aos requisitos que lhe garantiram as certificações ISO de Qualidade.

3.4.2. 8º Aniversário do Programa de Qualidade Total

O Tribunal de Contas da Paraíba comemorou, na tarde de 04 de maio, o 8º aniversário do Programa de Qualidade Total (PQT) que o ajudou a transformar-se numa das raras instituições públicas brasileiras a receber Certificados ISO 9000. O acontecimento reuniu conselheiros, auditores, procuradores, integrantes do corpo técnico e do quadro administrativo, no Plenário Ministro João Agripino, onde ocorreram as apresentações do Coral do TCE e da consultora de empresas Celina Joppert. Especializada no uso de mecanismos da neurolinguística para treinamentos na área de desenvolvimento humano, ela conduziu seu público à interpretação - coletiva e individual - de números musicais, com o propósito de estimular a união de esforços e a superação de desafios.

Favorecendo o aumento da produtividade, a melhoria do atendimento ao público e o aperfeiçoamento de procedimentos funcionais, o PQT tem feito da Corte de Contas do Estado uma referência nacional, conforme ressaltou o conselheiro-presidente José Marques Mariz, na abertura do encontro.

O corregedor Flávio Sátiro Fernandes considerou, em pronunciamento, que a comunicação interna entre todos os setores do Tribunal – tema central da programação de aniversário – tem sido um dos fatores do êxito do PQT. Sua fala antecedeu a

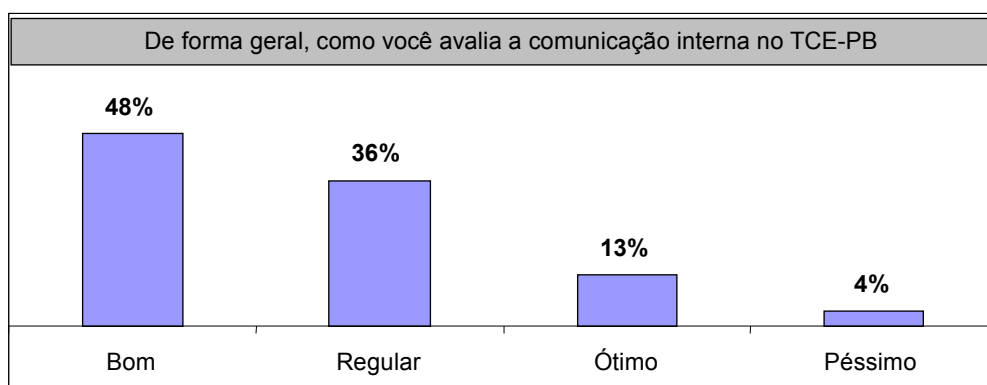
apresentação do DVD da 2ª Semana de Arte e Cultura realizada em 2005 com recitais, lançamentos literários, música, teatro e exposições de telas, esculturas e artesanato.

Dessa forma, dentro das atividades inerentes à programação do 8º Aniversário da Qualidade, o DRHF (Departamento de Recursos Humanos e Financeiro), NET (Núcleo de Educação e Treinamento) e o EQT (Escritório da Qualidade Total), responsáveis pela organização do evento, aplicaram uma pesquisa junto aos funcionários, visando a avaliar a atual satisfação com a comunicação no âmbito do TCE.

A pesquisa de Comunicação Interna do TCE/PB foi realizada nos dias 05 e 06 de maio de 2006, aplicada indistintamente, a todos os funcionários do TCE, sendo que de um total de 300 questionários distribuídos, foram respondidos 192.

Foram avaliados pontos como: instrumentos de comunicação atualmente utilizados, identificação de setores com dificuldades na comunicação, eficiência nas informações transmitidas pelas chefias imediatas, dentre outros.

A comunicação interna no TCE, de forma geral, foi classificada com os seguintes percentuais: ótimo 13%, bom 48%, regular 36% e 4% péssimo.



3.4.3. Campanhas Sociais

Coordenada pelo Escritório de Qualidade Total, foram realizadas as seguintes campanhas sociais:

1. Campanha “Fortalecer para Viver”, no período de 25 de maio a 12 de junho, cujo objetivo foi o de arrecadar, entre os servidores do TCE, latas de suplemento alimentar SUSTAGEN, destinadas às crianças carentes portadoras de câncer, que se encontram em tratamento ambulatorial no Hospital Napoleão Laureano. Outra meta da campanha se evidenciou no cadastramento de “padrinhos”, comprometidos em doar mensalmente aos seus respectivos “afilhados”, uma cesta básica de alimentos enriquecida, durante o período em que durar o tratamento da criança. Esta mobilização resultou no cadastramento de 18 padrinhos, arrecadação de 88 latas de Sustagen e de R\$ 841,00 (oitocentos e quarenta e um reais) em espécie, o que possibilitou a aquisição de mais 90 latas do produto e a doação de um total de 178 latas do suplemento alimentar.

2. Campanha “Natal dos Sonhos”, no período de 13 a 20 de dezembro, cujo objetivo foi a arrecadação de brinquedos novos e usados destinados ao Natal das crianças carentes da Creche Edukar, localizada no bairro do Cristo Redentor. Foram beneficiadas as 98 crianças atendidas pela instituição.

3.5 ECOSIL – Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira

A Escola de Contas Otacílio Silveira deu continuidade, no ano de 2006, ao Curso de Especialização em Auditoria Governamental com Ênfase em Auditoria Ambiental. O Curso teve início em 02 de setembro de 2005 e foi oferecido em convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para servidores do próprio TCE, funcionários estaduais, municipais e federais possuidores de diploma acadêmico.

Aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB, o Curso foi ministrado por professores do Centro de Ciências Exatas da Natureza, e possuiu a duração de um ano, com carga de **375** horas/aula. Contou com um total de **37** alunos concluintes.

A solenidade de encerramento e entrega de certidões foi realizada no dia 28 de novembro de 2006, no plenário do Tribunal de Contas. Na ocasião, a Vereadora da Câmara Municipal de João Pessoa Paula Frassinete Lins Duarte proferiu a palestra “A Importância da Auditoria para o Meio Ambiente”.

Outra atividade a cargo da Escola de Contas foi a realização do 5º Concurso Público para seleção de estagiários nas áreas de conhecimento em Direito, Ciências Contábeis e Administração, realizada em 10 de junho de 2006, e que aprovou 119 candidatos, sendo 92 do curso de Direito, 16 de Ciências Contábeis e 11 de Administração.

3.6 Serviços da Área de Saúde

3.6.1. Setor Médico

No ano de 2006, o Serviço Médico manteve, sem interrupção, o cronograma de trabalho, com o atendimento a servidores do TCE e seus dependentes em Consultório e Sala de Enfermagem a que não faltam instrumentos básicos para o atendimento emergencial. O Gabinete Odontológico, por seu turno, também funcionou regularmente.

Foram promovidas, no período, as seguintes campanhas de saúde:

CAMPANHA	DATA	PARTICIPANTES
Palestra “Cefaléia e suas causas” Dra. Maria do Desterro L. da Costa	30 de março	21
Campanha de imunização contra a gripe (<i>Influenza</i>)	17, 19 e 22 de maio	174
Campanha de prevenção e controle Da hipertensão arterial	09 de agosto	105
Campanha: “Dia Mundial do Diabetes” (Teste de Glicemia Capilar)	14 de novembro	103

Fonte: Setor Médico

3.6.2. Gabinete Odontológico

O Gabinete Odontológico promoveu **1.593** atendimentos a pacientes, tendo realizado **3.809** procedimentos, assim discriminados:

PERÍODO	ATENDIMENTO	
	PACIENTES	PROCEDIMENTOS EXECUTADOS
Janeiro a Março	438	1.185
Abril a Junho	383	916
Julho a Setembro	425	966
Outubro a Dezembro	347	742
TOTAL	1.593	3.809

Fonte: Gab Odontológico

4. Ações/Eventos Relevantes

Cooperação técnica entre os Tribunais de Contas da Paraíba e do Piauí

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí decidiu adotar o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), aplicativo de computador desenvolvido pelo Tribunal de Contas da Paraíba e destinado ao controle das administrações municipais e estadual.

O termo de cooperação técnica foi assinado em 09 de fevereiro, pelos presidentes de ambas as Cortes, o paraibano José Marques Mariz e o piauiense Luciano Nunes Santos, que na ocasião comentou “Podemos, agora, reduzir o espaço de manobra do mau gestor”. Ele entende que o Sagres contribuirá para o alcance das principais metas de sua administração: a modernização do setor de informática e a eficiência no controle dos gastos públicos. “O Sagres está, agora, levantando vôo”, observou o presidente do TC paraibano José Marques Mariz, na saudação ao visitante.

Técnicos do TC do Piauí permaneceram aqui por mais alguns dias para a captação de técnicas e procedimentos necessários ao desenvolvimento do sistema de controle externo.

Na Paraíba, já são usuários habituais do Sagres organismos como a Procuradoria da República, a Receita Federal, a Polícia Federal e o INSS, este último interessado na consulta às folhas de pagamento das Prefeituras e Câmaras Municipais para a detecção de problemas com o recolhimento de contribuições previdenciárias.

Reestruturação da Diretoria de Auditoria e Fiscalização

Exposição sobre a nova estrutura da DIAFI, aprovada pela Portaria 17, de primeiro de fevereiro, foi realizada em 23 de março, aos Conselheiros, seus substitutos e Procuradores. O tema foi exposto pelos diretores Francisco Pordeus e Francisco Lins Barreto.

Tribunal deu posse a seu mais novo membro

O Tribunal de Contas da Paraíba reuniu-se, extraordinariamente, no dia 23 de maio, para dar posse a seu mais novo membro, o ex-deputado Fábio Nogueira, indicado pela Assembléia Legislativa do Estado para preencher a vaga aberta com a recente aposentadoria do conselheiro Gleryston Holanda de Lucena.

O novo conselheiro expôs a convicção de que passava a integrar “um organismo fiador da causa da moralidade pública e uma instituição de fomento da cidadania”.

Aberta a sessão pelo presidente do TCE, conselheiro José Marques Mariz, a mesa diretora dos trabalhos foi composta pelo governador Cássio Cunha Lima, pelo

presidente da Assembléia Legislativa (deputado Rômulo Gouveia), pelo presidente do Tribunal de Justiça (desembargador João Antonio de Moura). E, ainda, pelo representante do prefeito Ricardo Coutinho (o secretário municipal Francisco Paula Barreto Filho), pelo da Câmara Municipal (vereador Hervázio Bezerra), Ministério Público (a procuradora geral Janete Ismael), Tribunal Regional do Trabalho (a vice-presidente Ana Clara Maroja Nóbrega), Tribunal Regional Eleitoral (juiz José Tarcísio Fernandes), OAB (presidente José Mário Porto Junior) e, por fim, pelo conselheiro Gleryston Lucena (representando os conselheiros aposentados da Corte).

Tribunal de Contas e Senado firmaram parceria

Comitiva do Senado Federal, capitaneada pelo primeiro-secretário Efraim Morais, esteve no Tribunal de Contas, no dia 25 de maio, para a assinatura de um protocolo de intenções visando ao intercâmbio e à cooperação técnica, científica e cultural entre as duas Casas.

“São grandes as perspectivas que agora se abrem”, comentou o conselheiro-presidente José Marques Mariz, ao acentuar que a parceria então firmada permitirá o aprimoramento dos quadros funcionais do TCE.

Ele também pôs à disposição dos novos parceiros a Escola de Contas Otacílio Silveira (ECOSIL) mantida pela Corte para a oferta de cursos de pós-graduação e ministrados em convênio com universidades paraibanas.

O senador informou sobre a celebração de idêntica parceria com o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, Câmara dos Deputados, Câmaras Municipais diversas, Banco Central e vários Ministérios.

Trata-se, segundo ele, de esforço conjunto para o aperfeiçoamento de quadros funcionais e para a modernização de serviços públicos, iniciativa que também conta com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), INTERLEGIS (programa de interligação e modernização de entes do Legislativo tocado com recursos da União e do BID) e UNILEGIS (Universidade do Poder Legislativo em fase de implantação e, em seu gênero, a primeira do mundo).

A cooperação e o intercâmbio mútuo decorrentes do protocolo de intenções permitirá a transferência de experiências e informações, exceto as protegidas pela legislação ou por sigilo bancário. Favorecerá, ainda, a requisição e liberação de técnicos e servidores para ações de interesse comum, acesso a cursos regulares e de pós-graduação, utilização de bibliotecas e centro de processamento de dados.

Diálogo Público

Organizações do chamado Terceiro Setor (as OSCIP, as ONG e as fundações que operam com recursos públicos) participaram, nos dias 01 e 02 de junho, no Plenário Ministro João Agripino, do Programa Educacional Diálogo Público 2006, promovido pelo Tribunal de Contas da União. Trata-se de evento iniciado em 2003, em escala nacional, para esclarecer o controle externo do Estado, estimular o controle social e o exercício da cidadania. Coordenado pelo Instituto Serzedello Corrêa, o Diálogo Público contou com a participação dos organismos integrantes do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco).

Tribunal de Contas e Receita Federal firmam parceria

O Tribunal de Contas da Paraíba e a Secretaria da Receita Federal firmaram convênio, em 03 de agosto de 2006, para a troca de informações de natureza fiscal-tributária relacionadas, em boa parte, a dispêndios públicos, domicílios, atividades e situação cadastral de pessoas físicas e jurídicas. Com isso, ambos os organismos trataram de oficializar e ampliar os entendimentos que já vinham garantindo à Receita o acesso a dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), mantido pelo TCE.

“Temos nos socorrido de informações do Tribunal de Contas, já há algum tempo, para checagem de empresas com seus movimentos e quadros societários”, disse o delegado da Receita Marconi Frazão durante a assinatura do convênio com o presidente da Corte, conselheiro José Marques Mariz.

Pelo acordo, o TCE também passa a ter acesso à base de dados da Receita, de forma a poder glosar notas fiscais emitidas por fornecedores de serviços e produtos para órgãos e instituições públicas sob sua jurisdição. A parceria, em mão dupla, facilitará, ainda, o conhecimento de endereços e, em razão disso, a agilidade na notificação de responsáveis por irregularidades.

Para o conselheiro José Mariz, o acordo firmado com o delegado Marconi Frazão, ressalta a importância, o valor e o papel do Tribunal como órgão de controle externo.

TCE volta a discutir sobre OSCIP

Membros, procuradores, auditores e servidores de áreas diversas do Tribunal de Contas da Paraíba acompanharam, no dia 18 de agosto, palestra do inspetor regional do Tribunal de Contas de Pernambuco, Eduardo Machado de Melo, sobre parcerias de entes governamentais com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O presidente da Corte, conselheiro José Marques Mariz, disse que a iniciativa decorre das preocupações do TCE com um assunto que, já em 27 de abril passado, trazia a João Pessoa a professora da Universidade de São Paulo Maria Sílvia Zanello di Pietro. A idéia é colher experiências e conhecimentos que levem o Tribunal a uma futura Resolução Normativa acerca da matéria.

Ao contrário da primeira palestra, que foi extensiva a agentes políticos paraibanos, esta última destinou-se, unicamente, aos quadros do TCE. As opiniões de ambos os palestrantes, todavia, mostraram-se coincidentes.

Ambos entendem que as OSCIP não podem celebrar parcerias com Estados e Municípios sem leis estaduais ou municipais específicas. E, ainda, que, embora não sujeitas à norma rígida dos processos licitatórios, elas devem seguir os princípios da licitação. Além disso, seus dirigentes podem e devem responder por atos de improbidade administrativa.

Estados e Municípios – recomendam, também – devem observar se as entidades contratadas possuem qualificação técnica para a execução daquilo proposto nos convênios, cuidar para que os termos de parceria estabeleçam metas e prazos para a consecução de resultados e, ainda, que os entes do Terceiro Setor não venham a encarregar-se de obras e serviços que competem ao poder público.

Concurso

O TCE abriu, em 25 de setembro de 2006, as inscrições ao concurso para o preenchimento de 48 vagas no seu quadro de auditores de contas públicas, encerrando-as no dia 10 de outubro, e com aplicação de provas no dia 5 de novembro, conforme termos do edital encaminhado à publicação no Diário Oficial do Estado e posto à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.tce.pb.gov.br.

A relação dos habilitados para ocupar as 48 vagas, seis para candidatos com formação em Direito, seis com formação em Computação/Informática, oito em Engenharia Civil e 28 em todas as áreas, com três delas reservadas a portadores de deficiência, foi divulgada em 28 de novembro.

Já no dia 29 de setembro, foi publicado no Diário Oficial e disponibilizado no endereço eletrônico www.tce.pb.gov.br, o edital do concurso para o provimento de cargos de assistente jurídico (13 vagas), médico, enfermeiro e bibliotecário (uma vaga, cada), agente de reprodução de documentos (oito), agente de documentação (nove), agente de protocolo e tramitação (oito) e agente condutor de veículos (três outras vagas). Para este concurso as inscrições foram realizadas no período de 18 a 26 de outubro (por meio da Internet) e de 18 a 27 do mesmo mês (em agências da Caixa Econômica), e as provas ocorreram em 26 de novembro.

Este concurso se revelou como uma das mais concorridas seleções de candidatos a cargos públicos do País, pois as 44 vagas na área administrativa do TCE foram disputadas por 21.643 candidatos.

Com a possibilidade de apenas oito contratações, o cargo de agente de protocolo e tramitação (que exige o ensino fundamental) obteve a inscrição de 14.482 interessados, o que dá 1.810 candidatos por vaga.

As oferecidas a médico, enfermeiro e bibliotecário, uma em cada caso, foram disputadas, respectivamente, por 127, 207 e 54 pessoas. Além disso, 1.803 outros candidatos concorreram às oito vagas para agentes de reprodução de documentos, à razão, portanto, de um para 225.

As nove ofertas de emprego para agentes de documentação tiveram 3.153 inscritos (350 por vaga), enquanto mais 850 candidatos disputaram três vagas para motoristas, perfazendo, neste caso, o índice de uma para cada grupo de 283 pessoas.

As provas foram aplicadas em João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux e a divulgação dos 151 habilitados pelo concurso ao preenchimento dos cargos da área administrativa ocorreu em 16 de dezembro.

3ª Semana de Arte e Cultura do TCE

O conselheiro-presidente José Marques Mariz abriu a 3ª Semana de Arte e Cultura do TCE, promoção destinada à difusão de talentos, ao conagraçamento dos quadros funcionais e ao contato direto com expressões das artes e da cultura paraibanas, realizada no período de 17 a 19 de outubro.

No primeiro dia, o “Chá com Letras” contou com a participação da contista Marília Carneiro Arnaud, do cronista Gonzaga Rodrigues e do poeta Sérgio de Castro Pinto, que foram apresentados, no Auditório José Braz do Rego, pelos conselheiros Flávio Sátiro e Juarez Farias (nos casos de Sérgio e Gonzaga) e, ainda, pela professora Adylla Rabello (no caso de Marília).

Em 18 de outubro, houve a apresentação do mágico Omar Khayam, números de dança de salão (pelos servidores Carlos Vale, Célia Sotero, Conceição Silva, Eliane Sales, Marcos Caetano e Penha do Nascimento) e, ainda, performance do professor de dança Marylson Barbosa e esposa.

No encerramento do evento, em 19 de outubro, ocorreu a apresentação da TC Band Music, composta por funcionários do TCE, e, em seguida, o “Show de Calouros – Um Tributo a Chacrinha”, encenação também a cargo de servidores da casa.

Exposições de telas, esculturas, peças de artesanato e cerâmica e de painéis contendo poesias e crônicas, assinadas pelos próprios funcionários, puderam ser visitadas nos três dias da Semana de Arte nos corredores de acesso ao Plenário e ao Auditório.

Na abertura da sessão plenária de 18 de outubro, o conselheiro Nominando Diniz referiu-se à 3ª Semana de Arte e Cultura do TCE como veículo para a propagação de talentos. “Quantos artistas anônimos nós temos aqui”, comentou ele, admirado com a boa qualidade dos painéis literários, telas, peças de cerâmica e artesanato expostos nos últimos três dias.

Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Piauí

O conselheiro presidente José Marques Mariz recebeu, em Teresina, no dia 06 de dezembro, o Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Piauí. A comenda, por serviços prestados ao sistema de controle externo dos gastos públicos, também foi conferida aos presidentes dos TCs de Minas Gerais (Flávio de Moura Castro) e Bahia (Antonio de Castro Neto), aos senadores Alberto Silva e Francisco de Assis Sousa e ao ex-governador piauiense José Raimundo Medeiros.

Em entrevista ao programa Revista dos Poderes, transmitido em cadeia radiofônica pela Rádio Tabajara, o conselheiro-presidente José Mariz atribuiu ao prestígio do Tribunal de Contas do Estado a homenagem a ele conferida. Lembrou ele o convênio que permitiu, este ano, à Corte piauiense a importação do SAGRES, o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade aqui desenvolvido.

TC tem novo quadro dirigente para o próximo biênio

O conselheiro Arnóbio Alves Viana vai presidir o Tribunal de Contas da Paraíba durante o biênio 2007/2008. Escolhido por seus pares no início da sessão plenária do dia 13 de dezembro, sua posse no cargo ocorrerá no próximo dia 5 de janeiro de 2007, em sessão solene da Corte.

Com ele foram eleitos, também, os conselheiros Antonio Nominando Diniz Filho (vice-presidente), José Marques Mariz (presidente da 1ª Câmara Deliberativa), Fernando Rodrigues Catão (reconduzido à presidência da 2ª Câmara) e Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (corregedor).

Em rápido pronunciamento, o conselheiro Arnóbio Viana agradeceu a todos pela indicação e reafirmou o entendimento de que irá dirigir “um Tribunal que se tem notabilizado pela excelência de seus serviços e de seus quadros”. Informou, em seguida, que pretende dar continuidade ao trabalho dos antecessores. “Assim, já estarei fazendo algo que ficará na história”, observou.

O atual presidente, conselheiro José Mariz, que falou após a proclamação dos resultados, referiu-se ao espírito de união e solidariedade demonstrada pelos membros do TCE na escolha unânime dos novos dirigentes. “O conselheiro Arnóbio Viana, como todos temos feito, dará continuidade a essa corrida de bastão”, afirmou.

Os eleitos ainda receberam os cumprimentos do Ministério Público junto à Corte, expressos pela procuradora geral Ana Teresa Nóbrega, e os dos auditores, em nome dos quais falou o substituto de conselheiro Oscar Mamede Santiago Melo.

Auditoria ganha suas novas instalações

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro José Marques Mariz, inaugurou, em 15 de dezembro, as novas instalações da Diretoria de Auditoria e Fiscalização da Corte, obra na qual foram investidos recursos superiores a R\$ 3,2 milhões, incluídos os gastos com equipamentos e mobiliário.

A equipe de auditores do TCE, espinha dorsal do sistema de controle externo das contas públicas, passou a ocupar o antigo prédio do Detran, cedido em abril de 2002, na gestão do conselheiro Flávio Sátiro, pelo então governador José Maranhão. Remodelado e adaptado às novas funções, o prédio com dois pavimentos e 2,2 mil metros quadrados permite a concentração, em um só lugar, do corpo de auditores antes disperso em alas diversas.

“Entregar esta obra é, para mim, motivo de profunda satisfação, pois contribuo para a realização de um antigo sonho: a concentração em um único local dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria antes espalhada por diversos anexos. Esta obra é, sem dúvida, mais um passo importante em favor da celeridade e eficiência dos nossos trabalhos, anseio de todos os que fazem esta Corte de Contas”, observou o conselheiro Mariz.

A incorporação do antigo terreno do Detran ainda possibilitou a instalação de um grupo gerador de eletricidade e de uma subestação moderna destinada à energização de todo o conjunto de prédios que integram o Tribunal. As faltas ocasionais de energia já não mais comprometerão o trabalho, o funcionamento de elevadores ou do sistema de

informática que possui uma das mais vastas e operantes redes de computadores do Estado.

5. Novas Resoluções Normativas

A revisão dos procedimentos, a partir das inovações estabelecidas pelas leis que são incorporadas ao processo de fiscalização e acompanhamento das contas públicas, é uma preocupação do Tribunal. Este, objetivando desincumbir-se de suas múltiplas, complexas e crescentes demandas, faz a reavaliação das normas e edita novos instrumentos normativos para o aperfeiçoamento das suas atividades técnicas e administrativas. Cite-se, no período de janeiro a dezembro de 2006, a aprovação das Resoluções abaixo enunciadas:

Resolução RN TC 01/2006

Dispõe sobre o adiamento da entrada em vigor da resolução RN TC nº 05/2005, que trata sobre a adoção de normas para o controle dos gastos com combustíveis, peças e serviços dos veículos e máquinas pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, e dá outras providências.

Resolução RN TC 02/2006

Estabelece normas visando a melhor disciplinar a tramitação dos processos de denúncia no âmbito do Tribunal.

Resolução RN TC 03/2006

Determina os procedimentos atinentes à apuração das responsabilidades dos agentes políticos ou agentes públicos cujas práticas administrativas se mostrem perniciosas ao erário.

Resolução RN TC 04/2006

Normatiza a fiscalização do uso de recursos públicos para custeio de transporte escolar.

Resolução RN TC 05/2006

Altera artigos da Resolução Normativa TC 07/2004, que estabelece normas para instauração, instrução, tramitação e apreciação dos Processos que compõem o Acompanhamento da Gestão Pública, e dá outras providências.

Resolução RN TC 06/2006

Altera os artigos 1º e 2º da Resolução Normativa TC 04/2006, que normatiza a fiscalização do uso de recursos públicos para custeio de transporte escolar.

Resolução RN TC 07/2006

Dispõe sobre o permanente controle dos gastos com pessoal dos poderes do Estado e Municípios.

***Para consulta às resoluções normativas acima, visite o “site” do Tribunal -www.tce.pb.gov.br - e clique nos links Legislação/Resoluções Normativas**

Missão, Política da Qualidade e Objetivos

Missão

“Corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos, com fidelidade aos princípios constitucionais”.

Política da Qualidade

“Assegurar a prática de serviços de qualidade, buscando corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos, com fidelidade aos princípios constitucionais”.

Objetivos da Qualidade

- *Capacitar e treinar as pessoas para desempenhar plenamente suas atividades;*
- *Aprimorar a interação com a sociedade;*
- *Responder com celeridade aos anseios da sociedade;*
- *Otimizar e padronizar os procedimentos de auditoria e fiscalização;*
- *Proporcionar ambiente e condições que favoreçam o crescimento do ser humano.*